

# **Gênese do capitalismo editorial:** *interseções entre as tradições da oralidade e da escrita*

Urbano Nobre Nojosa

Doutorando em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.  
Mestrado em Comunicação pela USP e  
Graduado em Filosofia pela UECE,  
Professor de Comunicação e Multimeios,  
Jornalismo, Propaganda e Publicidade pela PUC-SP.  
E-mail: unobre@gmail.com

Recebido: 17 nov. 2014

Aprovado: 5 dez. 2014

**Resumo:** A ambivalência entre a tradição da escrita e da oralidade, como projeto político de dominação, perdurou na história, desde os debates filosóficos clássicos até a contemporaneidade. A vocalidade despolariza essa ambivalência e aparece como mediação política de sistematizar o uso da voz na história. O lugar da voz como polifonia ou opinião pública própria da escrita tipográfica do romance e do jornal criou condições políticas e históricas para consolidar um poder simbólico, capaz de forjar a comunidade imaginada do Estado-nação. Também, as redes sociais contribuem para fomentar a democracia participativa no capitalismo tardio.

**Palavras-Chave:** Editorial. Escrita. Oralidade.

**Abstract:** The ambivalence between the written and spoken tradition, as a political project of domination, lasted in history, from the classics to the contemporary philosophical debates. The voicing depolarizes this ambivalence and appears as political mediation to systematize the use of voice in history. The place of the voice as polyphony or own public opinion of typographic writing the novel and the newspaper created political and historical conditions to consolidate a symbolic power, able to forge the imagined community of the nation state. Also, social networks contribute to promoting participatory democracy in late capitalism.

**Keywords:** Editorial. Writing. Orality.

**Resumen:** La ambivalencia entre la tradición oral y escrito, como un proyecto político de dominación, se prolongó en la historia, desde los clásicos hasta los debates filosóficos contemporáneos. La sonoridad despolariza esta ambivalencia y aparece como la mediación política para sistematizar el uso de la voz en la historia. El lugar de la voz como la polifonía o la opinión pública propia de la escritura tipográfica la novela y el periódico creó las condiciones políticas e históricas para consolidar un poder simbólico, capaz de forjar la comunidad imaginada de la nación-estado. Además, las redes sociales contribuyen a la promoción de la democracia participativa en el capitalismo tardío.

**Palabras Clave:** Editorial. Escribiendo. Oralidad.

## 1. Introdução

A unidade da escrita clássica, que buscou a homogeneidade durante séculos, sofre um desvio de percurso desde a pluralidade das escritas modernas. Esse processo se inflaciona com a produção discursiva na sociedade contemporânea, que passa por uma ruptura conceitual. Ruptura conceitual que envolve o questionamento filosófico sobre a tradição da cultura da escrita, frente às experiências de narrativas digitais criadas para gerar informação nos suportes tecnológicos de comunicação – desde a Internet até o uso de celular como veículo de comunicação móvel.

Entre os debates filosóficos gregos sobre as distinções da oralidade e escrita, como meios de estender a memória, prolongar a reflexão e sistematizar o pensamento, temos um predomínio cultural em torno da escrita como documentação histórica da realidade. A escrita tem uma exigência lógica argumentativa capaz de agenciar as formas de contrato social, como também, é capaz de registrar de forma duradoura os debates políticos e éticos das leis, configurando o registro das normas jurídicas das sociedades gregas clássica e romana. Além da tradição judaico-cristã que a valorizou como perpetuação das palavras divinas até meados da idade média.

Em defesa da oralidade, Platão buscou na forma dialógica apresentar os debates filosóficos, pois seria mais coerente com seus princípios metodológicos – através da *maieutica*, propiciar a alma criar conhecimento e consciência. Nesse aspecto, o diálogo exige a participação do outro (com sua alma) na discussão (SILVEIRA, 2001). O discurso oral exige uma mediação de interlocutores, que terá que expor suas ideias diretamente no debate político, jurídico e filosófico.

Na Grécia clássica, o espaço público de defesa dos rumos estratégicos das cidades-estados, desde questões de governabilidade administrativa, jurídicas penais e consulta sobre conflitos belicosos internos, com outras cidades-estados, até defesa contra inimigos invasores eram discutidas em praça pública, na Ágora, legitimando o sentido republicano do debate entre os cidadãos gregos. Para Platão, a escrita não trazia a alma de seu interlocutor, pois seria a mediação de ideias, que rompia um princípio de construir conhecimento através da ação dialógica do debate entre almas. Ao mesmo tempo, denunciava a escrita por ser “muda e falante demais”.

Para Aristóteles, a preocupação era garantir uma autonomia do pensar para o “adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas”. Entretanto, isso só seria possível através de um tratado lógico, que propiciaria para o cidadão “encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas, sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços.” (ARISTÓTELES, 1973, p. 11) Portanto, Aristóteles insistia na concepção de poder do cidadão comum, em ser capaz de resolver problema, em qualquer situação da vida cotidiana da cidade-estado. Enfim, o cidadão grego deveria com autonomia de pensar, agir para solucionar problema de forma autônoma, tanto da esfera do doméstico, jurídico, administrativo e na luta pela sobrevivência na guerra.

Tanto as ideias de Platão como de Aristóteles se perpetuaram na contemporaneidade. A cultura da oralidade permite pensar uma sociabilidade em que as mediações sejam capazes de expor o jogo do simbólico, do poético, da presencialidade, do dialógico, de obras abertas, com autorias colaborativas, como contraponto à tradição da escrita que traçou um perfil em torno da lógica, da ciência, do controle, da verdade única, do autor e de obras fechadas. Por isso, a escrita é estratégica para o agenciamento político de coerção social, para normatização jurídica do estado e os contratos privados.

Para Roland Barthes, em *O grau zero da escrita*, a escrita tem um caráter restritivo frente à linguagem oral, pois esse estranhamento frente a linguagem falada torna a escrita limitada como instrumento de comunicação, ao não possuir um caráter aberto que revelasse a intenção da linguagem. A escrita se expõe como simbólica, hermética, mediada, e “voltada ostensivamente para o lado de uma vertente secreta da linguagem”. Outra característica dessa relação entre a escrita e a fala é que, segundo Barthes (2004, p. 18),

Em toda escrita, portanto se encontrará a ambigüidade de um objeto que é ao mesmo tempo linguagem e coerção: existe, no fundo da escrita, uma “circunstância” estranha à linguagem, há como que o olhar de uma intenção que já não é mais aquela da linguagem. Esse olhar pode muito bem ser uma paixão da linguagem, como na escrita literária; pode ser também a ameaça de uma penalidade, como nas escritas políticas: a escrita fica então encarregada de unir em um só traço a realidade dos atos e a idealidade dos fins.

O caráter ambíguo da escrita está nesse envolvimento de ser linguagem e ao mesmo tempo coerção, que em particular na escrita política surge uma situação estanha à linguagem, num aspecto de dimensioná-la com uma carência de comunicação, pois a

escrita política torna clara o discurso do poder, com intimidação e ostentação de glória da vitória.

Esse fato demonstra que há, como que o olhar de uma intenção, que já não é mais aquela da linguagem. A escrita é uma linguagem endurecida, que precisa ter o domínio de linguagem pela unicidade e defesa de seus signos. Esse aspecto da unicidade articula o perfil político da escrita como um agenciamento, que se mantém a partir do seu uso. O privilégio da escrita já expõe uma forma de organização social, que transparece o valor cultural de instrumento de poder, pois o ato de escrever já delimita a opção pelo gênero e o discurso de redesenhar o mundo. O mundo também é resultante de processo da escrita.

Para Jacques Rancière, em *Políticas da escrita*, busca compreender como se articula a supradeterminação do conceito de escrita ao pensamento e a prática social, entender como se relaciona os modos de fazer, ser e dizer no jogo de construção de sentido e valores sociais, com a distribuição, atribuições, finalidades e circulação de sentido. “A escrita é política porque traça, e significa, uma re-divisão entre as posições dos corpos, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições”. (RANCIÈRE, 1995 p. 8) Essa separação de ordem, revela uma divisão social entre o mundo do trabalho e da linguagem, que gera um estranhamento entre as práticas discursivas no cotidiano.

Essa transição da cultura da oralidade para escrita foi potencializada nos modernos sistemas de imprensa, pós-imprensa de Gutenberg, como um sistema novo de fomentar a cultura da escrita.

A difusão da imprensa não foi tão rápida como se pensa. Foram necessários cem anos para que ela se tornasse de uso corrente. Antes disso, estamos em um período de “oralidade mista”: a escrita existe, mas o que conta é o que é dito, pronunciado pela voz e percebido pelo ouvido – a lei, na época, não é um texto escrito, mas a palavra do rei. Os arautos têm por função primeira levá-la à praça e anunciar de “viva voz” aquilo que o rei decidiu. (ZUMHOR, 2001, p. 103)

Apesar dessa situação de oralidade mista com a cultura da escrita, o que se configurou como projeto hegemônico foi à política da escrita, que entra num patamar de deslocamento do poder político circulante da esfera de poder da política de Estado e governabilidade para um processo de democratização do acesso da cultura nas línguas nacionais, pois:

Revendedores de toda a Europa reuniam-se em feiras de livros anuais para comercializar uma mercadoria em comum: o livro em latim, com potencial de leitura de Dublin a Moscou. Mas, a seguir a demanda por obras em vernáculo arruinou esse comércio sem fronteiras, compartimentando o comércio por produção “nacionalizada”, sobretudo no século XVII. (FISCHER, 2006, p. 219)

Outro aspecto dessa articulação da tradição da escrita é a triangulação entre obra, autor e leitor em circuito de cultura emergente, em que desde os primeiros jornais no século XV, que circulavam as informações financeiras e oficiais, ou do cotidiano das esferas do poder, para a popularização dos panfletos criando uma produção em escala fabril, conforme Fischer (2006, p. 224):

No século XVI, esses relatórios e panfletos, com diversos títulos diferentes, passaram a ser impressos em grande quantidade, em uma diversidade de formatos baratos de carregar. Vários governantes, bem como, mais tarde, tribunais civis, imprimiam decretos no formato de folhetos ou cartazes para circulação pública.

A articulação entre jornais, panfletos e livros de bolso sedimenta uma indústria da cultura tipográfica, capaz de transformar em produtos editoriais de “todos os gostos, a todos os gêneros de espíritos”, que alimentavam um saber de caráter enciclopédico, racional e histórico da humanidade. Esse processo foi decisivo para sedimentar os alicerces da formação do Estado-nação. Entenderemos melhor por que essa transformação foi tão importante para a gênese da comunidade imaginada da nação se considerarmos a estrutura básica de duas formas de criação imaginária que floresceram pela primeira vez na Europa durante o século XVIII: o *romance e o jornal*. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação (ANDERSON, 2008, p. 55). Essa nação trouxe os códigos culturais que geraram o debate a partir da lógica cultural da formação política burguesa liberal, que para garantir seus direitos de classes emergentes, precisava ampliar o debate sobre os direitos naturais do homem, numa perspectiva política de um humanismo amplo e irrestrito:

Assim, um conhecimento geral dos direitos naturais do homem; a própria opinião de que esses direitos são inalienáveis e imprescritíveis; um voto pronunciado a favor da liberdade de pensar e de escrever, pela liberdade do comércio e da indústria, pelo alívio do povo gemendo em quase todas as partes sob um regime de impostos tão absurdo quanto opressor. [...] O sentimento da humanidade, quer dizer, aquele de uma compaixão terna, ativa, por todos os males que afligem a espécie humana, aquele de um horror por tudo aquilo que,

nas instituições públicas, nos atos de governo, nas ações privadas, acrescentava novas dores às dores inevitáveis da natureza; esse sentimento de transparência em todos os escritos, em todos os discursos, e sua influência feliz já tinha se manifestado nas leis e nas instituições públicas, até mesmo dos povos submetidos ao despotismo. (CONDORCET, 1993, p. 157)

A atividade editorial de produção, comunicação, recepção, conservação e repetição entre os discursos dos jornais, panfletos e livros de bolso criaram uma diversidade de combinações de doxa (δόξα) sobre um sentimento de humanidade munido de direitos políticos e sociais. Essa circulação editorial forjou uma situação de *performance* ininterrupta, que:

se realiza por via sensorial, oral-auditiva, seja por inscrição oferecida à percepção visual, seja – mais raramente – por esses dois procedimentos conjuntamente. O número de combinações possíveis se eleva, e a problemática então se diversifica. Quando a comunicação e a recepção (assim como, de maneira excepcional, a produção) coincidem no tempo, temos uma situação de *performance* (ZUMTHOR, 2001, p. 19).

Esse estado de *performance* propiciou um momento de superação da dicotomia entre oralidade e escrita, pois na escrita gráfica tanto do jornal, panfleto e livro de bolso de romance a leitura acontecia de forma pública, numa configuração de uma nova ágora, um espaço de debate de opiniões públicas, capazes de mediar as vontades gerais da sociedade. Quando os leitores dos artigos dos jornais, panfleto e folhetins debatiam publicamente configurava a sua voz, por si só, lhe conferia uma autoridade, que assume o retrato de ser a voz da opinião pública, que não é mais a oralidade, mas uma vocalidade, a voz assume a cena da construção das autoridades de discurso. Por isso, “vocalidade é a historicidade de uma voz: seu uso.” (ZUMTHOR, 2001, p. 21)

A voz predominante nesse momento histórico paira sobre um sentimento de humanidade, configurando uma *Teleonomia* à humanidade, em que vai permear a filosofia política, para um princípio de pensar a doutrina da desigualdade e, por conseguinte, a gênese do poder político como poder que emana da própria humanidade, conforme Souza (2006, p. 13):

Deste ponto de vista, a Enciclopédia teve, no século XVIII, o papel de grande veículo difusor de pelo menos de dois grandes traços que caracterizam a filosofia política moderna, a saber: a ruptura com a doutrina da desigualdade natural, segundo a qual à própria natureza destinou alguns homens ao comando e outros à obediência, na medida em que afirma a igualdade e a independência natural entre todos os homens, e a afirmação de que o poder político tem origem

puramente humana, o que afasta o pensamento enciclopedista da tese do direito divino dos reis, que ainda tinha seus defensores no século das luzes.

Essa concepção humanista transforma-se num projeto político pragmático da Revolução Francesa, em defesa de igualdade, liberdade e fraternidade, na constituição dos Direitos dos homens e do cidadão, como o indivíduo burguês, na universalização da razão, como informação e opinião. Em mundo de viés econômico, político e social em torno de uma lógica capitalista, de forma hegemônica, determina a lógica do mundo contemporâneo. O projeto enciclopedista iluminista moldou o caráter da cultura moderna e do Estado-nação, pois

[...] Sem a imprensa, podem conquistar a Bastilha, mas não podem derrubar o Antigo Regime. Para somar o poder têm que tomar a palavra e difundi-la – através de jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas, partituras de canções, papelaria, jogos de cartas, cartões de racionamento, papel-moeda, qualquer coisa que leve algo impresso e se imprima nas mentes de 26 milhões de franceses, muitos deles encurvados pela pobreza e pela opressão, muitos imersos em profunda ignorância, muitos incapazes de ler a declaração de seus direitos. Quando os revolucionários agarraram a alavanca da prensa e a fizeram baixar nos tipos travados na fôrma, enviaram um novo fluxo de energia através do corpo político. A França voltou à vida, e a humanidade se assombrou. (DARTON; ROCHE, 1996, p. 15)

Entretanto, "duzentos anos depois, o assombro dissipou. Fartos de manifestos, de boas intenções e do ciclo de revolução e reação, tendemos a tratar a grande explosão de 1789 como algo para ser deixado em paz nos manuais – uma curiosidade histórica." (DARTON; ROCHE, 1996, p. 16) Esse arrefecimento parece estagnar-se diante de um mundo em movimento, desde Primavera Árabe, no mundo árabe, *Occupy Wall St*, nos Estados Unidos, e *Los Indignados*, na Espanha. Esses protestos são identificados como as primeiras grandes manifestações de ruas organizadas nas redes sociais, por exemplo: o Facebook. São manifestações de milhões de trabalhadores e da juventude frente à globalização do capitalismo tardio e a crise internacional.

No capitalismo contemporâneo, com as redes sociais, migramos para um processo de globalização, em que o elo político se configura em uma concepção de democracia participativa. A descentralização de poder, com práticas de empoderamento, com a diminuição do Estado, como agente vertical de controle da vida social, para uma sociedade horizontal, cria a ilusão de uma ampliação do processo democrático e consolida a perspectiva de uma sociedade republicana democrática participativa.

## Referências

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ARISTÓTELES. **Os pensadores**. vol. 4, São Paulo: Abril, 1973.
- BARTHES, R. **O grau zero da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CONDORCET. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- DARTON, R.; ROCHE D. (Orgs.). **Revolução impressa: a imprensa na França 1775**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**, Vol. 1. São Paulo: editora 34, 2006.
- FISCHER, S. R. **História da leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. São Paulo: editora 34, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O mestre ignorante**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SILVEIRA, R. A. T. Memória e escrita no Fedro de Platão. **Cadernos de ata da ANPOF**, São Paulo, 2001.
- SOUZA, M. G. Aspecto do pensamento político. In: DIDEROT; D’ALEMBERT (Orgs.). **Verbetes políticos da Enciclopédia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a literatura medieval**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.